

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.500 - AL (2019/0135731-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **FELIPE HENRIQUE MONTEIRO OLIVEIRA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**
AGRAVADO : **ESTADO DE ALAGOAS**
AGRAVADO : **ALAGOAS PREVIDÊNCIA**
PROCURADOR : **MÁRIO HENRIQUE MENEZES CALHEIROS E OUTRO(S)**
INTERES. : **AL PREVIDENCIA**
ADVOGADO : **RENATA OLIVEIRA ARAÚJO E OUTRO(S) - AL009722**

EMENTA

ADMINISTRATIVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. EXTENSÃO. UNIVERSITÁRIO. INVÁLIDO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O Tribunal *a quo* afirmou que "a lei estadual n.º 4.517/84 [...] não prevê expressamente o menor sob guarda judicial e inválido, que atinja a maioria civil, como dependente do segurado para o recebimento de pensão por morte".
2. A extensão de pensão por morte quando ausente previsão normativa não encontra amparo na jurisprudência do STJ. Precedentes.
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator